



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE
SÃO PAULO

2020.0000782261

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1017009-75.2019.8.26.0071, da Comarca de Bauru, em que é apelante JULIANA DIAS DE ALMEIDA (JUSTIÇA GRATUITA), é apelada ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 28ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto da relatora, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores CESAR LACERDA (Presidente) e CESAR LUIZ DE ALMEIDA.

São Paulo, 25 de setembro de 2020.

BERENICE MARCONDES CESAR

Relatora

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE
SÃO PAULO

Apelação Cível - nº 1017009-75.2019.8.26.0071

Apelante/Autora: JULIANA DIAS DE ALMEIDA

Apelada/Ré: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO

MM. Juíz de Direito: Giuliana Casalenuovo Brizzi

Comarca de Bauru - 5ª Vara Cível

Voto nº 32932

ACÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. ATROPELAMENTO. Dinâmica do acidente controvertida, tendo a Autora alegado que aguardava à beira da calçada para atravessar a via quando foi atingida, e a Ré alegado culpa exclusiva da Autora, que teria ingressado inadvertidamente na via pública, fora da faixa de pedestres. Ausência de provas aptas a demonstrar a culpa da Ré no acidente de trânsito. Responsabilidade civil extracontratual da Ré – Inexistência –. R. sentença mantida. RECURSO DA AUTORA NÃO PROVIDO, com observação.

Trata-se de ação de indenização decorrente de acidente de trânsito ajuizada por JULIANA DIAS DE ALMEIDA contra ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO, julgada improcedente pela r. sentença (e-fls. 168/172), cujo relatório adoto. Em razão da sucumbência, condenou a Autora a arcar com as custas processuais, além dos honorários advocatícios devidos ao patrono da Ré fixados em 10% sobre o valor da causa, observada a gratuidade da justiça concedida à Autora.

Inconformada, a Autora interpôs o presente recurso de apelação (e-fls. 176/184), desafiando as contrarrazões apresentadas pela Ré (e-fls. 188/197).

O recurso foi regularmente processado.

É o relatório.

Trata-se de recurso de apelação interposto contra r. sentença que julgou improcedente ação de reparação de danos em virtude de acidente de trânsito.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE
SÃO PAULO

A r. sentença, levando em conta a narrativa da própria Autora acerca do acidente, a controvérsia entre as partes acerca da dinâmica do acidente, bem como a ausência de produção da prova testemunhal pela Autora, julgou improcedente o pedido inicial.

A Autora, inconformada, pretendeu a reforma da r. sentença apresentando os seguintes argumentos: *I – cerceamento de defesa em razão da ausência de produção da prova pericial médica; II – inexistência de faixa de pedestres no local dos fatos; III - responsabilidade da Ré pelo evento danoso.*

O recurso não merece provimento.

Não há que se falar em cerceamento de defesa em razão da ausência de produção da prova pericial médica no caso em exame, uma vez que o fundamento da sentença foi a ausência de prova da culpa da Ré pelo atropelamento. A prova pericial médica serviria para a delimitação das alegadas sequelas físicas da Autora, cuja análise é cabível somente na hipótese de reconhecimento de responsabilidade civil da Ré, o que não aconteceu no caso em exame.

Com efeito, verifica-se quanto ao mérito que a dinâmica do atropelamento sofrido pela Autora restou controvertida nos autos.

A Autora, na petição inicial, afirmou que aguardava na beira da calçada para atravessar a via pública, quando foi atingida pela Ré.

A Ré, por sua vez, descreveu a conduta da Autora em contestação, afirmando que a Autora invadiu inadvertidamente a via pública fora da faixa de pedestres, dando causa ao acidente por sua culpa exclusiva.

Em réplica, a Autora não impugnou a tese da Ré quanto à dinâmica do acidente, e não produziu prova testemunhal acerca dos fatos por ela narrados.

Igualmente, a Autora não impugnou as

conclusões da sentença acerca da dinâmica do acidente, que reconheceu a falta de comprovação da culpa da Ré diante das alegações da própria Autora, e ponderando que *“era muito mais provável que a vítima estando a passar fora de local próprio para pedestres pudesse ter se atentado para o fluxo em todos os lados, do que a condutora, ao se deparar com alguém adentrando abruptamente na pista e fora da faixa. (...) não se pode condenar por presunção.”* (fl. 170).

A Autora, todavia, limitou-se em razões de apelação a alegar genericamente a existência de responsabilidade civil da Ré, justificando a sua conduta sob a alegação de que, conforme boletim de ocorrência, não havia faixa de pedestres no local dos fatos.

Ocorre que, diante da controvérsia não dirimida acerca da dinâmica dos fatos, a alegação da Autora no sentido de que o boletim de ocorrência registrou a inexistência de faixa de pedestres **num raio de 50 metros** (fl. 52) não é apta da comprovar, por si só, a culpa da Ré pelo evento danoso, valendo ressaltar que o “croqui” do acidente constante do mesmo boletim de ocorrência revela a existência de faixas de pedestres no cruzamento próximo aos fatos (fl. 54).

Desse modo, restou descumprido o ônus probatório imposto à Autora, à luz do art. 373, I, do CPC.

Sobre o ônus da prova, importa destacar o entendimento do ilustre Humberto Theodoro Júnior (Curso de Direito Processual Civil. Volume I. 47ª edição. Editora Forense. Rio de Janeiro. 2007. p. 478.):

“Esse ônus consiste na conduta processual exigida da parte para que a verdade dos fatos por ela arrolados seja admitida pelo juiz.

Não há um dever de provar, nem a parte contrária assiste o direito de exigir a prova do adversário. Há um simples ônus, de modo que o litigante assume o risco de perder a causa se não provar os fatos alegados dos quais depende a existência do direito subjetivo que pretende resguardar através da tutela jurisdicional. Isto porque, segundo máxima antiga, fato alegado e não provado é o mesmo que fato inexistente.” (destacado)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE
SÃO PAULO

Nessa perspectiva, a jurisprudência deste

E. Tribunal de Justiça:

"REPARAÇÃO DE DANOS – ACIDENTE DE TRÂNSITO – Responsabilidade civil subjetiva – Culpa exclusiva do réu não demonstrada – **Autora que não produziu provas capazes de sustentar a tese alegada – Não demonstrada de forma inequívoca a culpa do condutor do veículo automotor em qualquer das suas modalidades para a ocorrência do evento danoso** – Insuficiência de provas da conduta culposa do réu a ensejar condenação indenizatória – Aplicabilidade do art. 373, inciso I, do Código de Processo Civil – Sentença mantida – Recurso desprovido". (TJSP; Apelação 1008646-37.2014.8.26.0019; Relator (a): Claudio Hamilton; Órgão Julgador: 25ª Câmara de Direito Privado; Foro de Americana - 1ª Vara Cível; Data do Julgamento: 10/10/2018; Data de Registro: 10/10/2018)

"RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. COLISÃO ENTRE MOTOCICLETA E AUTOMÓVEL, CAUSANDO A MORTE DO GENITOR DO AUTOR. AUSENTE COMPROVAÇÃO DE CULPA DO CONDUTOR DO VEÍCULO PELO ACIDENTE, INVIABILIZANDO DECRETO DE PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. SENTENÇA MANTIDA. Recurso de apelação improvido, com determinação". (TJSP; Apelação 4006523-49.2013.8.26.0019; Relator (a): Cristina Zucchi; Órgão Julgador: 34ª Câmara de Direito Privado; Foro de Americana - 2ª Vara Cível; Data do Julgamento: 04/10/2018; Data de Registro: 09/10/2018)

"RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAL, MORAL E ESTÉTICO. Colisão de caminhão e motocicleta. Versões conflitantes sobre a dinâmica do acidente. Ausência de provas hábeis a demonstrar a culpa do motorista do caminhão pelo fato havido. Ônus probatório não superado pelo autor. Inteligência do art. 373, I, do CPC/2015. Recurso desprovido". (TJSP; Apelação 1000389-04.2017.8.26.0444; Relator (a): Dimas Rubens Fonseca; Órgão Julgador: 28ª Câmara de Direito Privado; Foro de Pilar do Sul - Vara Única; Data do Julgamento: 28/09/2018; Data de Registro:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE
SÃO PAULO

28/09/2018).

Desse modo, não há que se falar em reforma da r. sentença.

Tendo sido a sentença proferida e o recurso interposto na vigência do CPC/2015, tem aplicação a regra do art. 85, § 11 do NCPC, para que a condenação ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais seja majorada em razão do trabalho adicional em grau recursal.

Assim, o recurso não merece provimento, e os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser majorados para 15% sobre o valor da causa, observada a gratuidade da justiça concedida à Autora.

Ante o exposto, **CONHEÇO e NEGÓ PROVIMENTO** ao recurso de apelação interposto pelo Autor, ficando mantida a r. sentença, *com a observação de que os honorários advocatícios sucumbenciais ficam majorados para 15% sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, observada a gratuidade da justiça concedida à Autora.*

Berenice Marcondes Cesar

Relatora